

Revisão bibliográfica sobre o Direito Agrário no Estado do Amapá como subsídio para as questões das terras devolutas e de direito ambiental.

Sybelle Lima Serrão¹ e Carmo Antônio de Souza²

1. Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Advogada, especialista em Direito público com ênfase em direito penal pela Universidade Potiguar – UnP/ Damásio de Jesus. Mestranda em Direito Ambiental e Políticas Públicas, PPGDAP/UNIFAP, 2011. E-mail: sybellelisserrao@gmail.com

2. Professor e desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal de Goiás (1986), Mestrado e Doutorado em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000/2003). E-mail: gab.carmo@tjap.jus.br

RESUMO. Este trabalho teve por objetivo apresentar uma breve explanação sobre a questão agrária no Amapá, mais especificamente a questão das terras devolutas, abordando aspectos gerais e estabelecendo um liame com dispositivos legais disponíveis sobre a questão, tendo o Estado do Amapá como protagonista no estudo mais específico do tema. A metodologia utilizada foi fundamentada na abordagem qualitativa, com enfoque na pesquisa bibliográfica, que possibilita um melhor delineamento do assunto. Nesse sentido, os resultados indicam a necessidade imperiosa de esclarecer o assunto e travar discussões, preservar o meio ambiente, proteger e principalmente conhecer o Amapá, e assim transmitir conhecimento às presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Agrário; Amapá; terras devolutas; dispositivos legais; discussão.

ABSTRACT: Literature review on the Agrarian Law in the State of Amapá as subsidy to the issues of lands and environmental law. This study aimed to provide a brief explanation of the agrarian question in Amapá, more specifically the issue of vacant lands, covering general aspects and establishing a bond with the legal provisions available on the subject and the state of Amapá starring in more specific study theme. The methodology used was based on a qualitative approach, focusing on literature search, which allows a better delineation of the subject. Accordingly, the results indicate the urgent need to clarify the matter and discussions lock, preserve, protect and mostly know the Amapá, and thus impart knowledge to present and future generations.

Keywords: Agrarian; Amapá; lands; legal devices; discussion.

1. Introdução

Neste trabalho foca-se como objetivo fazer um breve estudo das terras devolutas no Amapá, seu histórico, conceituação, algumas legislações específicas e como o assunto se apresenta em relação ao Estado do Amapá.

2. Material e Métodos

Para este estudo foi utilizada pesquisa exclusivamente bibliográfica, cuja metodologia adotada é qualitativo-descritiva, onde foram abordados os aspectos históricos, conceituais e normativos, por meio de pesquisa documental e exploratória.

O trabalho foi organizado em quatro tópicos e considerações finais: A origem das terras

devolutas que traz pontos importantes para entender como se originaram as terras devolutas, seria o arcabouço histórico da pesquisa, trazendo dados e datas importantes; Significados e definições sobre terras devolutas apontará as acepções e significados com relação as terras devolutas e explicará importantes lacunas que por ventura vieram a ser deixadas pelo primeiro capítulo; Processos discriminatórios traz uma rápida análise dos processos discriminatórios para determinação das terras pertencentes a particulares e quais as terras devolutas; Terras devolutas no Amapá trata a questão das terras devolutas no Amapá, onde serão analisados dados específicos de casos concretos e posicionamentos diversos.

3. Resultados

A origem das terras devolutas

Segundo Filho (2001, p.12/13), antes de o Brasil ser descoberto ou inventado como defendem alguns estudiosos, ele já era propriedade da coroa portuguesa em virtude de inúmeros Tratados firmados entre Portugal e Espanha, cujo último, o Tratado de Tordesilhas, estabeleceu traçar uma linha imaginária do ponto extremo ao norte ao ponto extremo ao sul, ficando as terras ao oeste da linha pertencentes à Espanha e as terras ao leste da linha pertencentes a Portugal

No período colonial, as terras faziam parte do patrimônio da coroa, logo, seriam do rei de Portugal a extensão de quinhentas milhas marinhas de frente por incalculáveis hectares de fundo, então a coroa vislumbrou uma incrível possibilidade de exploração comercial, para tanto precisava de um plano de colonização imediato para efetivar a exploração e também para evitar que outras potências ameaçassem o domínio da coroa portuguesa.

Ainda segundo Filho (2001, p.13), o rei de Portugal, D. João III, nomeou governador geral da colônia brasileira Martim Afonso de Souza, outorgando-lhe poderes, dentre os quais, o de conceder o domínio útil e a posse de áreas rurais àqueles que as quisessem e pudessem explorá-las. Foi então que se deu início no Brasil Colônia ao chamado Regime de Sesmarias.

Prosseguindo com Filho (2001, p. 13), o regime de sesmaria, que estava sendo implantado no Brasil, não era novidade para Portugal que o inventou em 26 de junho de 1375, com o objetivo de assentar o cidadão da metrópole no campo, tendo por consequência o aumento da produção agrícola e contribuindo assim para o fim da ociosidade das terras portuguesas. Contudo, a metrópole não avaliou corretamente a aplicação do instituto importado sobre a colônia, pois havia importante diferença, que alteraria substancialmente o resultado pretendido, não se tratava de terras ociosas ou inaproveitadas e sim terras virgens, até então exploradas pelos índios na forma coletora, o que, sem dúvida interferiu no sucesso deste instituto.

Filho (2001, p.13), explica o termo sesmaria como a sexta parte de algo, conforme a seguir transcrito:

Quanto ao termo *sesmaria* a doutrina não é pacífica ao definir sua origem, afirmando a maioria dos autores derivar de *sesma*, ou seja, a sexta parte de alguma coisa, e que o verbo *sesmar* exprime a concessão de terras sujeitas ao pagamento de foro, surgindo daí a palavra sesmaria. Há quem sustente que a palavra deriva do baixo latim *caesimare*, que significa cortar, fazer incisão de arado na terra inculta, sendo esta afirmação refutada por vários autores.

Filho (2001, p.14) prossegue explicando que durante a implantação das sesmarias, insatisfeito com os Governos-Gerais, D. João III, resolveu implantar no Brasil o regime sesmarialista das Capitanias hereditárias ou donatárias hereditárias, sistema que teve sucesso nas pequenas ilhas portuguesas do Atlântico, constituindo-se em terras doadas pelo rei de Portugal, conferindo aos donatários, na qualidade de representante do rei.

Assim, segundo Filho (2001, p.14), foram criadas 15 capitanias por D. João III, divididas em 15 regiões ou lotes, concedidos tais lotes a 12 donatários. A palavra “capitania” já era utilizada na organização administrativa de Portugal e Espanha, porém recebeu na colônia os aditivos *particular* e *hereditária*. As capitanias eram, assim, particulares porque pertenciam aos donatários, e hereditárias porque transmissíveis por herança aos sucessores legítimos.

O sistema das sesmarias proporcionava um status aos sesmeiros que além das grandes áreas de terra, passavam a portar grande prestígio político e econômico, subordinando-se apenas ao capitão da Capitania e ao Governador geral.

Importante salientar que as capitanias hereditárias duraram muito pouco tempo, pois não alcançaram o aproveitamento das terras e a exploração de mercadorias para manutenção da colônia. Após a comprovação da inviabilidade das capitanias, a coroa portuguesa decidiu instituir um governo geral único e o sistema sesmarial.

Desta forma, através das sesmarias o Governador Geral, representando a Coroa Portuguesa, concedia grandes áreas de terras

incultas a quem quisesse e pudesse explorá-las, dentro do regime sesmarial, que lhes imputava do dever de residir na sesmaria e explorá-la, assim ficaria ocupadas, mas não pertenciam aos sesmeiros, pois, pelo regime de sesmarias, as terras eram concedidas e não doadas, o domínio dessas terras eram da coroa portuguesa.

Para filho (2001, p.16) o período sesmeiro ficou marcado pelas concessões de enormes latifúndios a pessoas privilegiadas junto à Coroa que, por vezes, não eram aptas à exploração do solo, e mesmo sendo, não possuíam força de trabalho suficiente para cultivar tamanha imensidão de terras, o que muitas vezes resultava no apossamento de pequenas áreas por parte de pequenos agricultores, que o faziam em partes ermas, longe das vistas dos poderosos senhores, e por vezes, sob o olhar complacente destes, já que tais agricultores produziam culturas de subsistência que eram úteis àqueles, porém à medida que o preço do açúcar aumentava no mercado internacional, a lavoura de subsistência diminuía, pois toda a força de trabalho era concentrada na lavoura canavieira, daí a produção de gêneros de subsistência rair e a fome surgir assustadoramente, sobretudo no seio da população escrava.

Desta forma, a agricultura de subsistência, nesse período, atingiu tão graves proporções que a metrópole teve de intervir através de uma legislação que tornava obrigatório ao proprietário de terras destinar uma parte de seu domínio ao plantio de gêneros alimentícios de subsistência. É nessa época que surgem os pequenos produtores, dedicados à agricultura de subsistência praticada em terras não doadas pela Coroa, mas cuja posse dentro dos critérios oficiais era ilegal. Nasce, assim, a pequena propriedade rural no Brasil, como autênticos apêndices da grande propriedade.

Segundo Di Pietro (2003, p.585), após a suspensão da concessão de sesmarias, iniciou-se a segunda fase de ocupação, porém como não havia legislação que regulasse o uso das terras, as pessoas tomavam posse e começavam a cultivá-las; a partir de então, a morada habitual e o cultivo das terras passaram a ser considerados fatores essenciais à legitimidade

da posse. Com objetivo de regularizar essa situação das terras e evitar abusos no apossamento e legitimar as ocupações foi promulgada a Lei de terras, Lei 601 de 18-09-1850. A finalidade maior era legitimar as posses que apresentassem os requisitos de cultura efetiva e morada habitual, conforme art. 5º da Lei 601/1850.

A lei também proibiu o apossamento de novas terras (art. 2º) e as aquisições de terras devolutas por outro título se não a compra, com exceção das zonas de fronteira com outros países, em uma zona de dez léguas, local onde poderiam ser doadas, segundo o art.1º da Lei 601/1850.

A concessão de imensas terras a quem não detinha aptidão para explorá-las, a crise canavieira, dentre outros fatores impuseram a mora dos sesmeiros em alguns impostos, bem como o pagamento da renda calculada sobre os frutos, obrigações estas que uma vez não cumpridas, acarretam o comisso da concessão, revertendo a posse em favor da Coroa. E assim pouco a pouco as terras iam retornando a coroa portuguesa que precisava explorar e ocupar as terras para não vir a perdê-las.

Acepções e significados com relação as terras devolutas

Conceituar o termo terras devolutas não é tarefa fácil, pois não existe uma definição considerada pela disciplina direito agrário como a que deve ser seguido, por esta razão serão apresentados diversos conceitos para o melhor entendimento.

Conforme a Lei de terras - Lei nº601, de 18 de setembro de 1850, terras devolutas seriam:

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

Da leitura do dispositivo legal se conclui que a definição dada pela Lei de terras as terras devolutas é residual, ou seja, o que restar, o que não for comprovadamente privado seria público.

Di Pietro (2003, p.587) ratifica o entendimento residual ao alegar que as terras devolutas “são assim consideradas aquelas que não estão destinadas a qualquer uso público nem incorporadas ao domínio privado”.

O art. 20, inciso II, da Constituição Federal de 1988 relaciona entre os bens da União “as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei”.

Cretella Júnior, comentando o art. 20, inciso II da CF/88 assim descreveu que de acordo com a Lei de terras, devoluta seria toda terra que por qualquer título não se achasse aplicada a nenhum uso público e que também não tivesse se integrado no domínio privado.

Para Di Pietro (2003, p.586), analisa o conceito legal através do sentido etimológico do vocábulo devoluto: “terras devolutas eram terras vagas, abandonadas, não utilizadas quer pelo poder público quer por particular”.

Di Pietro (2003, p.587) conclui o conceito dizendo:

As terras devolutas constituem uma das espécies do gênero terras públicas, ao lado de tantas outras, como terrenos reservados, terrenos de marinha, terras de índios, ilhas etc. Elas integram a categoria de bens dominiais, precisamente pelo fato de não terem qualquer destinação pública. Isto significa que elas são disponíveis.

Logo, para Di Pietro (2003, p.588) terras devolutas seriam todas as terras existentes no território brasileiro que não estão incorporadas de forma legítima ao domínio particular, estão incorporadas ao domínio público, porém sem uso público.

Marques (2007, p.71) corrobora com o entendimento de Di Pietro (2003) ao apontar que “em princípio, significou terras vagas, não

ocupadas. Tanto que as sesmarias, então concedidas, consignavam a circunstância de que eram elas desaproveitadas”

Junqueira (1976, *apud* MARQUES, 2007, p.70) conceitua terras devolutas assim “devolutas são aquelas terras que não verteram para o domínio privado, deste excluído, evidentemente, o que estiver aplicado a qualquer uso privado.”

Rosa (2003, p.146) trabalha o tema dentro do direito administrativo no capítulo que trata de bens públicos em espécie e assim define:

Terras devolutas significa terra devolvida, terra sem proprietário. No sentido jurídico, corresponde à área de terra cuja propriedade não é detida pelo particular nem utilizada pelo poder público. Integra o patrimônio público e, por não possuir qualquer destinação, a categoria de bens dominiais. A regularização do domínio de terras privadas e devolutas.

Júnior (2012, p.15), assim como muitos estudiosos no tema se posiciona da seguinte forma:

Concluo afirmando que terras devolutas são terras públicas *lato sensu*, indeterminadas ou determináveis, sem nenhuma utilização pública específica e que não se encontram, por qualquer título, integradas ao domínio privado. Quando determinadas via ação discriminatória, passam a ser terras públicas *stricto sensu*.

Por todo exposto, terras devolutas seriam terras pertencentes ao Poder Público, mas que não tem uma destinação definida, ou seja, sem qualquer destinação de uso público e que não estão incorporadas ao domínio privado.

Processos discriminatórios

O instituto da discriminação veio para resolver um problema que persistia no vasto território brasileiro, a coroa portuguesa não tinha a menor ideia de quais seriam as terras públicas e quais as privadas, razão esta que estabeleceu o perímetro para discriminação na Lei 601/1850, Lei de Terras, a seguir transcrita:

Art. 9º Não obstante os prazos que forem marcados, o Governo mandará proceder á medição das terras devolutas, respeitando-se no acto da medição os limites das concessões e posses que acharem nas circunstâncias dos arts. 4º e 5º.

Qualquer oposição que haja da parte dos possuidores não impedirá a medição; mas,

ultimada esta, se continuará vista aos oponentes para deduzirem seus embargos em termo breve. As questões judiciais entre os mesmos possuidores não impedirão tão pouco as diligências tendentes à execução da presente Lei.

Art. 10. O Governo proverá o modo pratico de extremar o domínio publico do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução ás autoridades que julgar mais convenientes, ou a comissários especiais, os quase procederão administrativamente, fazendo decidir por árbitros as questões e duvidas de facto, e dando de suas próprias decisões recurso para o Presidente da Província, do qual o haverá também para o Governo.

Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei, e sem eles não poderão hipotecar os mesmos terrenos, nem alienalos por qualquer modo.

O perímetro para discriminação consistia numa linha imaginária traçada na que delimitava a superfície que representa o conjunto de imóveis objeto da discriminação, esta linha se materializava através de elementos naturais como leito de rios, etc. e elementos artificiais como divisas de imóveis, estradas, pontes, etc.

A discriminação de terras devolutas traz vantagens como o início da regularização fundiária; o mapeamento da superfície delimitada, das zonas urbanas e aglomerados populacionais rurais e também serve de suporte aos Cartórios de Registro de Imóveis (CRI).

A partir do momento que ocorre a discriminação inicia-se o processo discriminatório que irá esclarecer qual o real proprietário das terras objeto da discriminação, e este processo poderá ser administrativo ou judicial, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei 6383/76 e todo o processo discriminatório administrativo está regulado nos artigos 2º a 17; e o processo discriminatório judicial vem regulamentado no art. 18 a 23 da Lei supra mencionada.

O processo discriminatório administrativo será instaurado por uma Comissão Especial composta por um bacharel em direito (presidirá), um engenheiro agrônomo (técnico) e um funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que funcionará como secretário. O presidente do

INCRA criará a Comissão Especial, nomeará os membros da Comissão, fixará a jurisdição e respectiva sede e os poderes que compete a cada membro.

De acordo com o art. 2º da Lei 6383/76, a instrução do processo administrativo se dará através de um memorial descritivo da área discriminada, constando o perímetro, suas características e confinâncias; a indicação dos registros imobiliários das propriedades obtidos na respectiva circunscrição imobiliária levantada; rol das ocupações conhecidas; esboço ou levantamento aerofotogramétrico da gleba a ser discriminada; e quaisquer outras informações que possam interessar ao processo.

Após o Presidente da Comissão Especial (CE) convocará por edital (publicado por 02 vezes na imprensa oficial e imprensa local) os interessados, proprietários, ocupantes e respectivos cônjuges para no prazo de 60 dias com local previamente indicado a apresentarem seus títulos, documentos, informações e se for o caso o rol de testemunhas, cuja finalidade é excluir o seu imóvel da discriminação projetada, conforme arts. 3º a 11 da Lei 6383/76.

Autuada toda a documentação recebida dos interessados, a Comissão promoverá a vistoria nos imóveis, em seguida o Presidente pronuncia-se sobre as alegações, títulos, documentos, etc. mandando lavrar o respectivo termo de encerramento da discriminatória administrativa, notificando os interessados para efetuarem a assinatura. O termo de encerramento da discriminatória administrativa deverá constar:

Art. 12 - Concluídos os trabalhos demarcatórios, o presidente da Comissão Especial mandará lavrar o termo de encerramento da discriminação administrativa, do qual constarão, obrigatoriamente:

- I - o mapa detalhado da área discriminada;
- II - o rol de terras devolutas apuradas, com suas respectivas confrontações;
- III - a descrição dos acordos realizados;
- IV - a relação das áreas com titulação transcrita no Registro de Imóveis, cujos presumidos proprietários ou ocupantes não atenderam ao edital de convocação ou à notificação (artigos 4º e 10 desta Lei);
- V - o rol das ocupações legítimas;
- VI - o rol das propriedades reconhecidas; e

VII - a relação dos imóveis cujos títulos suscitarão dúvidas.

Art. 13 - Encerrado o processo discriminatório, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA providenciará o registro, em nome da União, das terras devolutas discriminadas, definidas em lei, como bens da União.

Parágrafo único. Caberá ao oficial do Registro de Imóveis proceder à matrícula e ao registro da área devoluta discriminada em nome da União.

O processo discriminatório judicial será promovido quando houver dúvida sobre a legitimidade do título; quando não houver atendimento ao edital de convocação no procedimento administrativo (art. 14); quando o procedimento discriminatório administrativo for dispensado ou interrompido por presumida ineficácia (art. 19, I) e quando houver atentado no curso do procedimento administrativo, sem assentimento do representante da União (art. 19, III, art. 24 e art. 25).

Compete a Justiça Federal processar e julgar processo discriminatório judicial de terras devolutas, sendo o rito o comum, sumário conforme o que preceitua o Código de Processo Civil (CPC), conforme art. 20 da Lei 6383/76.

Da sentença proferida caberá apelação somente em efeito devolutivo e a demarcação da área poderá ocorrer mesmo que em execução provisória da sentença, desta forma entende-se que o processo discriminatório judicial tem caráter preferencial e prejudicial em relação às ações em andamento referente a posse ou domínio dos imóveis situados.

Terras devolutas no estado do Amapá

O Amapá é o mais jovem dos Estados da Federação, porém seus problemas rurais são antigos, oriundos das raízes históricas que refletem um modelo de gestão territorial empreendido sem a preocupação de um espaço social justo, o que contribui para o baixo nível de desenvolvimento rural, impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Segundo relatório fornecido pela empresa Topcon Topografia e Construções Ltda (2004, p. 18), o Estado do Amapá possui uma área de aproximadamente 142.827, 897 km² ou 14.282.789,7 ha desse total pode-se dizer o Estado do Amapá está dividido conforme descrito no quadro 1.

Quadro 1 - Divisão jurídica das terras do estado do Amapá- AP.

JURISDIÇÃO FEDERAL	ÁREA (ha)	% do AP
Unidades de Conservação (IBAMA)	5.915.424,00	41,24
Terras Indígenas (FUNAI)	1.185.454,00	8,26
Assentamentos da Reforma Agrária	1.380.673,00	9,62
Área de jurisdição do INCRA	4.098.739,00	28,57
TOTAL	12.580.290,00	87,70
JURISDIÇÃO ESTADUAL	ÁREA (ha)	
Unidades de Conservação	828.164,00	5,77
Assentamentos da Reforma Agrária	7.924,00	0,06
Área de jurisdição do TERRAP	184.793,00	1,29
TOTAL	1.020.881,00	7,12
Propriedades Particulares	744.200,00	5,19
TOTAL GERAL	14.345.371,00	100,00

Fonte: Topcon Topografia e Construções Ltda, 2004.

Analisando o gráfico acima se percebe que o Estado do Amapá possui 142.827, 897 km² que assim está fragmentado: 88% de sua área total é de jurisdição federal; 7% é de jurisdição estadual e 5% é de propriedade particular (os dados são aproximados e podem variar conforme a regularização fundiária e posse particular).

Pelo gráfico verifica-se que a área de jurisdição do INCRA corresponde a 4.098.739,00 ha, e de acordo com Torrinha (2006, p. 05) desse valor 3.111.706 ha correspondiam a terras devolutas, sendo 12.744 ha doados na zona urbana de Macapá e Mazagão; 11.304 ha de área transferida pelo Governo do Estado do Amapá (GEA) para a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA);

149.600 ha para os projetos de assentamento do Piriquizal, Perimetral, Carnot e Bom Jesus dos Fernandes; 363.500 ha para projetos de assentamentos extrativistas, Maracá I, II e III, originário da desapropriação das terras sob o domínio da Empresa Agroindustrial do Amapá.

Ainda citando Torrinha (2006, p. 06), as terras de jurisdição do Estado do Amapá “são jurisdicionadas pelo Instituto de Terras do Amapá (TERRAP) com um quantitativo aproximado de 1.602.297 ha; dos quais, 1.435.315 ha eram terras devolutas”.

Analisando relatório fornecido pela empresa Topcon Topografia e Construções Ltda (2004, p. 25/26) propõe-se o estudo de caso da discriminatória administrativa da gleba Iratapuru a seguir transcrita:

Em Março de 1990 o IBAMA criou a Reserva Extrativista do Rio Cajari. Ao criar esta reserva, o Governo Federal desapropriou, como vimos, 153.404 ha. da gleba Santo Antônio da Cachoeira e várias outras glebas que a Jari dizia ser de sua propriedade. Tudo indica que a empresa ainda esteja pleiteando na justiça a revisão do valor pago por considerá-lo baixo. Atendendo à convocação do edital CE-TERRAP-04, da discriminatória administrativa da gleba Iratapuru a empresa Jari Celulose habilitou-se apresentando as 29 glebas já relacionadas e tituladas e mais 7 glebas de posse primária.

Em conformidade relatório elaborado pela empresa Topcon Topografia e Construções Ltda (2004, p. 26) os encaminhamentos dados ao processo administrativo da gleba Iratapuru foram:

- foram reconhecidos os direitos sobre 29 glebas por uma total de 197.437,8174 ha.;
 - foi reconhecido o direito sobre uma parte de 3.900,00 ha. da gleba Santo Antônio da Cachoeira, apresentada pela empresa JESA
 - foram indeferidas as solicitações relativas a sete glebas de posse primária, por considerar "que nenhum direito assiste à requerente sobre o imóvel", por um total de 66.208,00 ha.
- As glebas indeferidas, junto com 806.184,00 ha. da RDS Iratapuru, foram arrecadados para o domínio do estado, distribuídas em cinco áreas devolutas apuradas da Gleba Iratapuru e foram registradas no cartório de registros públicos e tabelionato do Município de Laranjal do Jarí, como sendo imóveis do interesse do Estado do Amapá. O pedido de registro foi encaminhado através de ofício nº 125/97 - Assejur/TERRAP.

Mesmo com todas as ressalvas a Lei 6383/76 possui falhas e brechas legais que permitem conflitos por terras devolutas que permanecem anos aguardando solução, o que de certa forma prejudica aos interessados e atravanca a justiça, muitos interessados quando não conciliam na fase administrativa, partindo para via judicial como o caso supra citado, onde sete glebas foram contestadas em processo administrativo em razão de não haver comprovação regular de titularidade por parte da empresa Jari Celulose.

O caso acima mencionado vem apenas complementar o raciocínio sobre o tema terras devolutas, para aproximar o assunto do ambiente amapaense e trazer mais um instrumento de pesquisa e discussão ao direito agrário amapaense que possui um vasto território e sérios conflitos agrários dentro do Estado.

4. Considerações finais

A questão agrária no Brasil sempre foi bastante controverso, desde o período colonial já havia a preocupação e acalorados discursos referente a ocupação desses espaços vazios, desocupados, sem dono, etc.

Foi visando evitar a perpetração do regime de posses ilegítimas e ao mesmo tempo ocupar as áreas de terras devolutas é que surgiu o dispositivo legal conhecido como Lei de Terras, Lei 601/1850. Outros dispositivos vieram complementar a Lei de Terras, mas mesmo todos os dispositivos legais não conseguiram evitar o conflito fundiário existente no Brasil.

Não diferente dos demais Estados brasileiros, o Amapá também possui sérios conflitos agrários relacionados à concentração agrária aliado a modernidade. A pobreza, miséria e êxodo rural aumentam na mesma proporção da demanda internacional por produtos rurais.

Uma reformulação territorial somado a uma política agrária eficiente para atender melhor o Amapá seria uma forma de assegurar e valorizar as terras do Estado aos produtores rurais, indígenas e migrantes que compõem a agricultura familiar.

Por todo exposto, conclui-se que a política a agrária e regularização fundiária precisam ser

discutidas profundamente para que se possa dar uma utilização eficiente ao espaço, ainda mais no Estado do Amapá, onde segundo Torrinha (2006) existe um alto índice de migração rural devido aos parques investimentos rurais e desproporcional concentração agrícola que obriga o pequeno produtor ou produtor familiar a partir para a cidade em busca de trabalho e renda.

5. Referências Bibliográficas

- BORGES, A. M. **Curso completo de Direito Agrário**. 2 ed. Leme/SP: CL EDIJUR, 2007
- BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. **Terras devolutas do Império**. Rio de Janeiro, RJ: Assembléa Geral, 1850.
- _____. Lei 6.383 de 07 de dezembro de 1976. **Processo discriminatório de terras devolutas**. Brasília, Congresso Nacional, 1976.
- CARVALHO, E. F. **Manual didático de Direito Agrário**. Curitiba: Juruá, 2010.
- DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FILHO, J. D. P. **Terras devolutas no Pontal do Paranapanema**. 2000. 90 p. Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em direito, Faculdade de direito de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2001. Disponível em <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/.../29.htm> (Acessada em 17/09/2012).
- JÚNIOR, C. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Universitária, 1991.
- JÚNIOR, D. da C. **Terras devolutas nas constituições republicanas**. Disponível em <http://www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html> (Acessada em 23/08/2012).
- MARQUES, B. F. **Direito Agrário brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2007.
- OPITZ, S. C. B.; OPITZ, O. **Curso completo de Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- ROSA, M. F. E. **Direito administrativo**. Vol. 19. 4. Ed. São Paulo: Saraiva. 2003.
- TOPCON TOPOGRAFIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Empresa de engenharia. **Relatório fundiário amapaense**. Amapá, 2004.
- TORRINHA, M. N. **Desordenamento territorial e conflitos rurais no Estado do Amapá nas décadas de 1980 e 1990**. Disponível em http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/revista/edicao_03/Desordenamento_territ.pdf (Acessada em 23/08/2012).